

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Da Sra. Leandre)

Requer ao senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, informações sobre as providências tomadas ou a serem tomadas, no âmbito do Ministério, acerca do conflito no município de Viana, no Maranhão, envolvendo fazendeiros que atacaram de forma violenta um grupo de índios Gamela, no povoado de Bahias, no Maranhão.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex.^a, que seja encaminhado ao senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, solicitação de informações sobre as providências tomadas ou a serem tomadas, no âmbito do Ministério, em especial pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), acerca do conflito no município de Viana, no Maranhão, envolvendo fazendeiros que atacaram de forma violenta um grupo de índios Gamela, no povoado de Bahias, no Maranhão.

Considerando a gravidade dos fatos, conforme notícias repassadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e depois divulgadas pela imprensa, pelo menos três índios foram baleados e dez atacados com facões;

Considerando que atualmente se discute na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional nº 215/2000, dentre outras proposições, que inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas

pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, o que, seguramente dificultará a resolução de conflitos pela posse da terra;

Considerando a responsabilidade institucional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) como coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal e a sua missão institucional de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil;

Considerando a importância diferenciada do Departamento de Polícia Federal no que diz respeito à manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito;

Indagamos:

1- Quais as ações e/ou providências envidadas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública objetivando esclarecer as causas do conflito em questão, bem como assistir aos indígenas atingidos?

2- Quais as ações e/ou providências efetivadas no âmbito da Fundação Nacional do Índio, visando assistir ao grupo indígena afetado?

3- Quais providências estão sendo ou serão tomadas, no âmbito do Comitê de Crise criado pela FUNAI, conforme divulgado pela *EBC Radioagência Nacional*, em 02 de maio do corrente ano?

4- Qual o total de indígenas atingidos? Quantos foram baleados? E qual o estado de saúde de cada um deles? Existem vítimas não indígenas? Em caso afirmativo, quantas e qual o estado de saúde de cada uma delas?

5- Quais as ações e/ou providências efetivadas no âmbito do Departamento de Polícia Federal, objetivando esclarecer as causas e punir os responsáveis pelo conflito?

6- Quais as ações e/ou providências efetivadas pelo Departamento de Polícia Federal, visando inibir novos conflitos na região?

7- Qual a participação da Polícia Federal no âmbito da “força-tarefa” constituída pelos órgãos de segurança do Maranhão, Ordem dos Advogados, Ministério Público Federal e organizações de Defesa dos Direitos Humanos, conforme divulgado pela EBC e pelo Portal G1-Maranhão, objetivando esclarecer o conflito? Quais os resultados já alcançados?

8- Gentileza explicitar outras informações consideradas pertinentes.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 30 de abril, domingo, índios **Gamela** do povoado Bahias, município de Viana (MA), sofreram ataques por parte de pistoleiros. Segundo o **Conselho Indigenista Missionário (Cimi)**, os indígenas retiravam-se de uma área tradicional retomada no último dia 28, sexta-feira, quando foram emboscados por “dezenas de homens armados de facões, paus e armas de fogo”.

De acordo com o **Governador Flávio Dino**, a Polícia Militar "atuou imediatamente" assim que soube do "conflito entre moradores da região e um grupo que reivindica reconhecimento como povo Gamela, evitando assim uma tragédia maior".

Ainda de acordo com Dino, "a essência do conflito está na indefinição da Funai e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que

não definem o que é território indígena ou o que não é. O conflito fica latente e qualquer fagulha causa explosão".

A Comissão Pastoral da Terra do Maranhão denunciou, em nota publicada, que “a ação criminosa e violenta ocorrida neste domingo foi planejada e articulada por fazendeiros e pistoleiros da região e que, através de um texto no *Whatsapp*, convocavam pessoas para o ataque contra os indígenas”.

Ainda de acordo com a CPT – MA, **“há cerca de 360 conflitos no campo no estado, destes, somente em 2016 foram registradas 196 ocorrências de violência contra os povos do campo. 13 pessoas foram assassinadas e 72 estão ameaçadas de morte”**.

O delegado da Delegacia Regional da Polícia Civil de Viana diz que os Gamela não são reconhecidos pela população local como indígenas.

As informações sobre feridos ainda não são muito precisas, devido à transferência dos feridos a diversos hospitais da região. De acordo com o **Cimi**, o número de feridos **chega a 13, sendo 2 com as mãos decepadas**. Em contraponto, o Governo do Maranhão divulgou nota onde relata que o número de feridos chega a 7, sendo 5 indígenas, onde 1 teve fratura exposta nas mãos, e 2 não indígenas.

Há informações de que uma **força-tarefa** formada pelos **órgãos de segurança do Maranhão, Polícia Federal, Ordem dos Advogados, Ministério Público Federal e organizações de Defesa dos Direitos Humanos** também atuam para esclarecer o conflito envolvendo os índios Gamela.

O **Ministério da Justiça e Segurança Pública** publicou nota em que diz “que está averiguando o conflito agrário no povoado de Bahias, no Maranhão” e colocou uma equipe da Polícia Federal à disposição para inibir novos conflitos.

No dia 02 de maio de 2017, a Funai criou um comitê de crise, conforme divulgado pela EBC, para acompanhar de perto os

desdobramentos do conflito envolvendo os povos indígenas e não indígenas na região.

De acordo com **o presidente da Funai**, “a questão agrária do país exige um estudo do governo brasileiro, do estado brasileiro, com uma política de Estado. Para que isto venha sendo amenizado ao longo dos anos e não aconteçam esses conflitos. Agora, conflitos a gente não tem como evitar. São conflitos às vezes premeditados. Estamos controlando as situações mais conflituosas, as questões mais conflituosas e isso foi uma situação Fugiu do controle policial e das próprias instituições”.

O senhor **Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sarney Filho**, manifestou em Nota, via *Facebook*, toda a sua preocupação com a notícia do grave conflito no município de Viana, no Maranhão, envolvendo fazendeiros que atacaram de forma violenta um grupo de índios Gamela, no povoado de Bahias, o qual, segundo informações repassadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e depois divulgadas pela imprensa, pelo menos três índios foram baleados e dez atacados com facões, sendo que um deles teve as mãos decepadas. “Toda vida é preciosa e merece o mais absoluto respeito, por isso minha repulsa por qualquer ato de violência”, disse Sarney Filho.

Na mesma Nota, o senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente informa que solicitou ao senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública esclarecimentos sobre o papel das forças de segurança, bem como a punição dos responsáveis e o restabelecimento do clima de segurança, ocasião na qual foi informado do envio da Polícia Federal para restabelecer o clima de segurança para a população local e indígena.

Desta forma, além de esperar dos órgãos responsáveis a necessária assistência às comunidades atingidas; a apuração dos fatos com todo o rigor; a sua devida reparação e a punição de todos os responsáveis; precisamos obter as informações aqui solicitadas que possibilitem subsidiar os encaminhamentos apropriados, bem como subsidiar o Parlamento Brasileiro, no que diz respeito às discussões inerentes à PEC 215/2000, bem como em outras proposições de interesse da causa indígena e ambiental.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2017.

Deputada LEANDRE

Líder do PV